

INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA NA APRENDIZAGEM ESCOLAR DA CRIANÇA: PONTO DE REFLEXÃO

Roberta Gama Brito⁹⁸

Sebastião Silva Soares⁹⁹

RESUMO

O presente trabalho, por meio de um estudo bibliográfico de cunho qualitativo sob a abordagem epistemológica histórico-cultural de Vygotsky (1996), tem por objetivo propor uma reflexão sobre a influência das relações familiares no processo de aprendizagem escolar das crianças. Para isso, o estudo baseou-se na análise de referenciais teóricos, utilizando como aporte de análise as concepções de família, de infância e de aprendizagem fundamentada nos estudos de Ariès (1981), Carvalho (2005), Larsh (1991), Piaget (1987), Vygotsky (1984), dentre outros. Buscou, com essa metodologia, compreender as ideias apresentadas pela literatura acerca das relações familiares e as suas possíveis influências na formação escolar da criança. O estudo possibilitou visualizar que a família pode contribuir positiva ou negativamente no processo de aprendizagem escolar, pois a criança internaliza os acontecimentos que ocorrem em casa e os exterioriza na escola. Conclui-se com este estudo que há necessidade de um equilíbrio no sistema familiar, com o propósito de minimizar déficits de aprendizagem das crianças. Além disso, os dados obtidos apontam para a necessidade de desenvolver novas análises sobre as atuais conjunturas familiares e seus impactos na aprendizagem escolar das crianças, principalmente questões relacionadas a gênero, etnia e raça.

Palavras-chave: Família. Criança. Aprendizagem escolar.

⁹⁸ Assistente Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Pós-Graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional pelas Faculdades Santo Agostinho (FASA). E-mail: robertagam@yahoo.com.br

⁹⁹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Professor de Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. E-mail: sebastiaokenndy@yahoo.com.br

INFLUENCE OF THE FAMILY IN THE CHILD'S SCHOOL LEARNING: POINT FOR REFLECTION

ABSTRACT

This paper, through a bibliographic study of a qualitative approach in the epistemological cultural-historical Vygotsky (1996) aims to propose a reflection on the influence of family relationships in the learning process of school children. For this, the study was based on the theoretical analysis, using as input the analysis of conceptions of family, childhood and learning based on studies of Aries (1981), Carvalho (2005), Larsh (1999), Piaget (1987), Vygotsky (1984) among others. Sought with this methodology, understand the ideas presented by the literature on family relationships and their possible influences on children's schooling. The study made it possible to visualize that the family can contribute positively or negatively on the school learning process, because the child internalizes the events that occur at home and at school externalized. It is concluded from this study that there is need for a balance in the family system, with the purpose of minimizing the learning deficits of children. Furthermore, the data indicate the need to develop new analyzes on current conjunctures family and their impact on school learning of children, especially issues related to gender, ethnicity and race.

Keywords: Family. Children. School learning.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo propor uma reflexão sobre a influência das relações familiares no processo de aprendizagem escolar das crianças, a partir de uma pesquisa teórica, visto que nos últimos anos diversos autores têm apontado a necessidade de compreender a formação escolar da criança e a influência da família nesse processo (DROUET, 1995), (MARTURANA, 1997), (ALOSP 1999).

Nesse sentido, objetiva-se compreender, a partir de uma perspectiva histórico-cultural Vygotskyana (1996), como

as relações familiares podem influenciar na aprendizagem escolar da criança, resgatando historicamente conceitos e ideias que permeiam essa mediação. A escolha dessa perspectiva justifica-se pelo fato de compreender-se que o desenvolvimento da criança acontece antes mesmo de se inserir na escola. Ou seja, a aprendizagem é um fenômeno social-cultural, anterior ao processo de escolarização.

Para alcançar tal objetivo, a metodologia deste trabalho baseou-se na análise de referenciais teóricos a partir da pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa (GIL,

2012, p.50), utilizando como aporte de análise as concepções de família, de infância e aprendizagem fundamentadas nos estudos de Ariès (1981), Carvalho (2005), Larsh (1991), Piaget (1987), Vygotsky (1984), dentre outros.

A escolha da pesquisa bibliográfica justifica-se por proporcionar ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muitos amplos do que aquela que poderia pesquisar diretamente (GIL, 2012, p.51). Por meio da pesquisa bibliográfica, será possível compreender como as relações familiares podem influenciar na aprendizagem escolar da criança e quais as possibilidades e desafios impostos por essa mediação no seu desenvolvimento.

Nessa perspectiva, o texto está estruturado em três partes: primeiramente, apresenta-se uma análise sobre a concepção de família, a fim de analisar como se configura o termo família e suas implicações no contexto social. Na segunda parte, discorre-se sobre o conceito de criança, buscando a partir de uma análise sociocultural o conceito de criança e a sua atuação no contexto familiar e social. Por fim, apresenta-se, na terceira parte do trabalho, a análise dos dados obtidos no estudo, na qual a família interfere no desenvolvimento da criança, na medida em que oferece condições para a criança se apropriar de conhecimentos socialmente históricos construídos pela humanidade (SAVIANI, 2011, p13), despertando no pequeno (a) o desejo de experi-

mentar, conhecer e criar novas aprendizagens.

Espera-se que este estudo venha contribuir com novas análises sobre a relação entre a família, criança e a aprendizagem escolar, a fim de que se possa pensar em diretrizes que favoreçam qualitativamente na formação integral da criança, respeitando o seu ritmo e estilos de aprendizagem, ou seja, “assegurando-lhe por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (BRASIL, 2012, p. 07).

CONCEPÇÃO DE FAMÍLIA

Partindo da compreensão de que o ser humano está em permanente construção de si mesmo, por meio das interações culturais, sociais e histórico-familiares, faz-se necessário entender como se dá a relação de aprendizagem da criança, tendo como ponto de partida as relações familiares, visto que a família é o primeiro ambiente de socialização que a criança experiencia.

Nas palavras de Medici (1961, p 40.), “[...] Todo o seu progresso psicológico foi realizado, até então, através das relações com outrem, principalmente os pais. De começo, a criança fundiu-se com as pessoas que a rodeiam, identificou-se com elas, foi invadida pela sua presença [...]”. Para o teórico, a convivência familiar proporciona à criança momentos de socialização que

contribuem para a construção sócio-histórica do indivíduo.

No entanto, antes de se investigar a influência da família no processo da aprendizagem escolar da criança, precisa-se situar nesta análise a concepção de família.

Etimologicamente o vocábulo família:

[...] origina-se, remotamente, do radical dha, que significa pôr, estabelecer, da língua ariana, que se transformou, na passagem ao osco, em fam [...] Assim, a palavra dhaman, que, em sânscrito, significa casa, com a transformação do dh em f, fez nascer, entre os dialetos do Lácio, como é o caso do osco, o vocábulo faama, donde surgiu famel (o servo), famelia [...] Da palavra famel derivou famulus, com a criação intermediária de famul, forma primitiva ou arcaica de famulus, donde derivou, provavelmente, famulia [...] Tudo mostra, pelo visto, que esse radical dha tenha dado origem às palavras: domus (casa), no latim, e domos (casa), no grego, radical esse que significa unir, construir (AZEVEDO, 1999, p. 202).

Segundo a literatura, o termo “família” pode ser conceituado como uma unidade de pessoas em interação, um sistema semiaberto, com uma história natural composta por vários estágios, sendo que a cada um deles correspondem tarefas específicas por parte da família (BURGENS; ROGERS, 1990 *apud* ELSSEN, 2002).

Nesse sentido, entende-se o conceito de família como um sistema constituído por um grupo de pessoas com ou sem laços consanguíneos que compartilham sentimentos, valores, afetividade, solidariedade e reciprocidade.

Faz-se necessário ressaltar com isso que a família é uma construção sócio-histórica e, devido às transformações sociais, vem apresentando novos arranjos¹⁰⁰. Em Silva (1987, p.42), compreende-se que “o estudo da história social da família deixa evidente que esta instituição social aparece intimamente ligada à situação concreta de uma época e assume características distintas, nos diferentes grupos locais”.

Dessa maneira, é perceptível que o modelo de família nuclear¹⁰¹ vem perdendo espaço para os novos arranjos familiares, os quais trazem consigo um novo conceito de família que, apesar de ter novas configurações, não perde a sua essência. Isso, na opinião de Carvalho (2000, p.13), representa produzir cuidados, proteção, aprendizado dos afetos, construção de identidades e vínculos relacionais de pertencimento, capazes

¹⁰⁰ - Famílias com base em união livre;

- Famílias monoparentais dirigidas pelo homem ou pela mulher (sendo que grandes porcentagens destas famílias são dirigidas por mulheres);

- Divorciados gerando novas uniões (famílias recompostas);

- Mães/adolescentes solteiras que assumem seus filhos;

- Mulheres que têm filhos através de “produção independente” (sem companheiro estável). (COLLANGE, Christine. *Defina uma família*. Trad. Mário Fondelli. Rio de Janeiro: Racco. 1994.)

¹⁰¹ Kaloustian afirma que: “A família nuclear ou família conjugal moderna é aquela família composta por pai, mãe e filhos, coexistindo por meio de laços de aliança e de consaguinidade. A família nuclear moderna surge como uma categoria interpretativa, como um tipo ideal que num determinado período permitiu a compreensão do real. Nessa concepção, todos os arranjos familiares que se encaixavam dentro deste modelo eram considerados como famílias boas, certas, estruturadas, sendo que todos os arranjos que não se enquadravam constituíam-se em disfunções do sistema ou simplesmente em famílias desorganizadas e/ou desestruturadas.” (KALOUSTIAN; FERRARI, 2005, p. 93).

de promover melhor qualidade de vida a seus membros e efetiva inclusão social na comunidade e sociedade em que vivem.

Nessa direção, compreende-se que, devido às transformações sociais que ocorrem, a família, hoje, busca, a todo o momento, lidar com as fragilidades existentes, sejam elas internas sejam externas, causadas por fatores pessoais, profissionais e/ou sociais. De acordo com Carvalho (2000, p. 14):

É preciso olhar a família no seu movimento. [...] Este movimento de organização-reorganização torna visível a conversão de arranjos familiares entre si, bem como reforça a necessidade de se acabar com qualquer estigma sobre as formas familiares diferentes. Evitando a naturalização da família, precisamos compreendê-la como grupo social cujos movimentos de organização-desorganização-reorganização mantêm estreita relação com o contexto sócio-cultural. [...] É preciso enxergar na diversidade não apenas os pontos de fragilidade, mas também a riqueza das respostas possíveis encontradas pelos grupos familiares, dentro de sua cultura, para as suas necessidades e projetos.

Sendo assim, a maioria das famílias, segundo Lahire (1997, p.338), buscam dar aos filhos a oportunidade de aprender, já que a instituição familiar é privilegiada por proporcionar conhecimentos diversos que, em contato com a realidade fora do lar, ajudam no processo da formação do ser. Sobre isso Carvalho (2005, p.93) expõe que:

A família é o primeiro sujeito que referencia e totaliza a proteção e socialização dos indivíduos. Independente das múltiplas formas

e desenhos que a família contemporânea apresenta, ela se constitui num canal de iniciação e aprendizado dos afetos e das relações sociais.

Nessa perspectiva, busca-se compreender, no próximo tópico, a inserção da criança no contexto familiar e apresentar quais as concepções de criança em cada período da história, com o propósito de estabelecer, a partir do marco histórico, as possíveis influências das relações familiares na aprendizagem escolar da criança.

A CRIANÇA NO CONTEXTO FAMILIAR

Para se falar da representação da criança na família, faz-se necessário um resgate histórico do conceito de infância, visto que os significados foram surgindo e/ou se modificando com o passar dos tempos.

A infância, durante muito tempo, não foi vista como uma etapa a ser vivida pelo indivíduo. Essa concepção partia do olhar dos adultos que percebiam a criança como um pequeno adulto, o que gerava questionamentos acerca de quem era a criança e quando se iniciava e terminava a infância.

Preocupado com essa questão, o pesquisador francês Philippe Ariès publica em 1960 a primeira edição da obra “História Social da Criança e da Família”, na qual expõe que o conceito de infância foi sendo construído historicamente.

Segundo Ariès (1981), durante o período da idade média, as crianças não vi-

venciavam a infância, pois as pessoas definiam essa idade como:

[...] a primeira idade é a infância que planta os dentes, e essa idade começa quando nasce e dura até os sete anos, e nessa idade aquilo que nasce é chamado de *enfant* (criança), que quer dizer não falante, pois nessa idade a pessoa não pode falar bem nem formar perfeitamente suas palavras [...] (ARIÈS, 1981, p. 36).

Dessa maneira, para o teórico, as crianças aos 07 (sete) anos de idade eram inseridas diretamente no mundo adulto, pois estavam aptas para o trabalho e a vida social. Segundo Ariès (1981, p. 231), a família “era uma realidade moral e social, mais que do sentimental”.

Diante desse contexto, percebe-se que as experiências vivenciadas pelas crianças advinham do trabalho doméstico, pois elas não frequentavam estabelecimentos escolares, visto que, segundo o autor supracitado, “não havia lugar para a escola nessa transmissão através da aprendizagem direta de uma geração a outra”.

No entanto, no período moderno, devido às transformações sociais, culturais, econômicas e políticas, ocorrem mudanças no âmbito familiar. A criança, antes pormenorizada, agora passa a receber dos pais carinho, afeto e preocupação, o que para Ariès (1981) representava sentimento pela infância. Em outras palavras, o sentimento atribuído à descoberta da infância propor-

cionou às famílias observarem que a presença das crianças no seio familiar possuía significado, pois representava a hereditariedade (sucessão parental).

A família, com esse novo olhar, vivava garantir a sobrevivência das crianças, assim como a educação, já que, segundo Gélis (1991, p.315), as aprendizagens da infância e da adolescência deviam, pois, ao mesmo tempo fortalecer o corpo, aguçar os sentidos, habilitar o indivíduo a superar os revezes da sorte e, principalmente, a transmitir também a vida, a fim de assegurar a continuidade da família.

Nessa direção, como assevera Ariès (1981, p.232), a escola passa a ter maior presença no âmbito familiar:

A substituição da aprendizagem pela escola exprime uma aproximação da família e das crianças, do sentimento da infância e da família, outrora separados [...] o clima sentimental era agora completamente diferente, mais próximo dos nossos, como se a família moderna estivesse nascido ao mesmo tempo que a escola, ou pelo menos o hábito geral de educar as crianças na escola.

Desse modo, apesar das transformações ocorridas em torno da família e da criança, percebe-se que aquela ainda tem um papel significativo em torno do desenvolvimento, da sociabilidade, afetividade, responsabilidade, em especial da infância e adolescência. Ou seja, pode-se inferir que a família possui um conjunto de papéis definidos que devem ser trabalhados em prol de um crescimento conjunto no âmbito familiar e nas vivências sociais dos indivíduos.

Dessa maneira, percebe-se uma preocupação das famílias com o futuro dos filhos, o que se configura como um legado de uma era em que os ideais são projetados pela sociedade de cunho racionalista e capitalista que, apesar de todas as inovações, busca guiar os passos dos filhos. Isso, nas palavras de Lasch (1991, p.25), é iniciado na infância:

Como principal agente de socialização, a família reproduz padrões culturais no indivíduo. Não só confere normas éticas, proporcionando a criança sua primeira instrução sobre as regras sociais predominantes, mas também molda profundamente seu caráter, utilizando vias das quais nem sempre ela tem consciência. A família inculta modos de pensar e atuar que se transformam em hábitos. Devido a sua enorme influência emocional, afeta toda a experiência anterior da criança.

AS RELAÇÕES SOCIOFAMILIARES E O PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Primeiramente, se irá discutir nesse tópico o conceito de aprendizagem e como ela se dá no contexto social da criança, visto que esta, ao se inserir no núcleo escolar, traz consigo experiências e saberes advindos da convivência com familiares e outras pessoas. Agneta Giusta (1985, p. 26) expõe que:

O conceito de aprendizagem emergiu das investigações empiristas em Psicologia, ou seja, de investigações levadas a termo com base no pressuposto de que todo conhecimento provém da experiência. Isso significa afirmar o primado absoluto do objeto e considerar o sujeito como uma tábula rasa, uma cera mole, cujas impressões do mundo, formadas pelos órgãos dos sentidos, são associadas umas às outras, dando lugar ao conhecimento. O conhecimento é, portanto,

uma cadeia de idéias atomisticamente formada a partir do registro dos fatos e se reduz a uma simples cópia do real.

De acordo com a visão de que a aprendizagem parte da experiência, Mus-sen (1970) propõe que a aprendizagem se tornaria mais satisfatória se ocorresse por uma motivação/reforço. No entanto, o teórico também expõe que aprendizagem poderia ocorrer sem motivação/ reforço, ou seja, a criança, por critério de identificação, adquire as características, pensamentos e sentimentos advindos dos pais; assim, é estabelecido um padrão de comportamento.

Por outro lado, Celidonio (1998) vê a aprendizagem como um processo em que a criança se desenvolve de forma autônoma e não como um reflexo de modelo de indivíduo ou família. Para a autora, a aprendizagem é um processo ativo, que envolve a atribuição de significado àquilo que é aprendido.

Segundo Piaget (1987), a criança, devido às atividades realizadas no convívio social, começa a estabelecer ações que vão ser aplicadas em determinadas situações vivenciadas por ela. Para o teórico, essa adaptação se dá por assimilação de esquemas e por acomodação de novas estruturas mentais, a partir das quais se faz o processo da aprendizagem, ou seja, qualquer aprendizado novo somente poderá ser assimilado se existir uma base de conhecimento suficiente que proporcione a sua existência.

Entretanto, Vygotsky (1984), a partir do enfoque da psicologia sociocultural, caracterizada fundamentalmente pela tentativa de reunir, de modo dialético, num mesmo modelo explicativo, tanto os mecanismos cerebrais subjacentes ao funcionamento psicológico quanto o desenvolvimento do indivíduo e da espécie humana ao longo de um processo sócio-histórico, acredita que a criança por si só não seria capaz de formular uma estrutura de conhecimentos a partir de uma base própria.

Para exemplificar tal questão, o teórico desenvolveu o conceito de zona de desenvolvimento proximal (ZDP), entendido por ele como:

[...] a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros capazes (VYGOTSKY, 2001, p. 97).

Dessa maneira, a zona de desenvolvimento real estaria relacionada às atividades que a própria criança consegue desenvolver sem a mediação de uma pessoa mais experiente, ou seja, são as ações construídas pela criança sem a colaboração de um adulto. Enquanto o desenvolvimento potencial é relacionado às atividades para cuja realização a criança necessita da mediação de um adulto.

Em outras palavras, o desenvolvimento potencial da criança ocorre a partir do momento em que ela interage com uma pessoa mais experiente, encontrando nesse ente uma orientação para solucionar o problema enfrentado. No entanto, para que isso aconteça, faz-se necessário que a criança tenha contato com outras pessoas adultas que lhe forneceriam experiências para a criação de competências e aptidões e favoreceriam o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, classificadas em consciência, intenção, planejamento, entre outras.

Nessa ótica, pode-se entender que o aprendizado está relacionado com o desenvolvimento, embora haja um processo de maturação que depende do organismo para se desenvolver; é o aprendizado que possibilita o despertar de processos internos de desenvolvimento. Ou seja, com base nessa perspectiva, acredita-se que a aprendizagem da criança não ocorre apenas pela experiência individual, mas pela interação social construída pela criança no âmbito familiar e social, levando em consideração a formação sócio-histórica do sujeito e as relações construídas nesse contexto.

Desse modo, a aprendizagem se dá através de uma relação sujeito-objeto, na qual o sujeito, além de ser biológico, é um sujeito psicológico. Dessa maneira, a

evolução das funções egoicas¹⁰² (atenção, memória, pensamento, juízo, percepção, linguagem, motricidade, afetividade) dependem da relação familiar estabelecida.

Nessa perspectiva, Bossa (1998) ressalta que mais do que responsáveis pela qualidade de vida, os pais são construtores do aparelho psíquico dos seus filhos. Conforme o teórico, as primeiras influências psíquicas nascem no seio familiar, por meio da relação pai-filho, mãe-filho e irmão-irmão, despertando sentimentos que norteiam a relação familiar.

Dessa forma, é possível inferir que, para um processo de aprendizagem sadio, é preciso que o contexto familiar proporcione condições para isso, visto que os acontecimentos no interior da família podem afetar o desenvolvimento cognitivo¹⁰³ da criança, seja positiva seja negativamente.

De acordo com o aporte teórico, notam-se diferenças na aprendizagem a partir do comportamento da criança que, quando é investigado, pode revelar novas realidades que, nas palavras de Celidonio (1998) resumem-se desta forma: as tensões acumuladas na dinâmica das relações familia-

res certamente surgirão na escola (primeiro universo mais amplo que se segue às relações familiares) sob a forma de um problema de adaptação e ou aprendizagem na vida escolar.

Logo, na tentativa de se evitar tais consequências surgidas no âmbito social, econômico, afetivo, que atualmente envolve as famílias, faz-se necessário um repensar das relações familiares. Esse pode ser o primeiro passo para proporcionar um ambiente familiar que satisfaça as necessidades básicas de afeto, apego, desapego, segurança, disciplina, aprendizagem e comunicação, pois é nele que se estrutura a mais importante forma de aprendizagem: a de estabelecer vínculos, isto é, a capacidade de aprender a se relacionar.

Pensando nisso, vale ressaltar que a possibilidade de se desenvolver esses relacionamentos dependerá da forma com que os pais se relacionam com os filhos, sendo que há pais com características autoritárias, permissivas e democráticas. Esses estereótipos podem formar uma criança tímida, agressiva, entre outros comportamentos. Quanto a isso, Mussen (1970, p. 1970) assevera:

[...] em termos de aprendizagem e generalização social: os lares tolerantes e democráticos encorajam e recompensam a curiosidade, a exploração e a experimentação, as tentativas para lidar com novos problemas e a expressão de idéias e sentimentos. Obviamente, uma vez aprendidas e fortalecidas em família, essas atividades se generalizam na escola. Por outro lado, a criança que foi

¹⁰² Para Zimerman (1999), as funções egoicas representam todo movimento que é produzido dentro do campo da consciência egoica e que são responsáveis por atitudes que se interligam com os aspectos da personalidade humana. (ZIMERMAN, David E. Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica e clínica – uma abordagem didática. Porto Alegre: Artmed, 1999, p.478.)

¹⁰³ Zorzi (1995) conceitua conhecimento cognitivo como um processo de formação da própria inteligência; e esta, como o conhecimento de uma capacidade geral de estabelecer relações, seja entre objetos, eventos ou situações.

severamente controlada ou excessivamente protegida por seus pais, não aprende esses tipos de reação, visto que foi desencorajada de atuar independentemente, de explorar e experimentar por conta própria. Adquire, então, reações tímidas, desgraciosas, apreensivas e de modo geral, conformistas, as quais também se generalizam na escola.

Dessa maneira, cabe à família superar as dificuldades, construindo uma identidade própria e coletiva; para isso, é fundamental que os membros sejam responsáveis pelo que produzem, podendo reforçar ou contrariar a influência que causam na vida das crianças.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao final dessa reflexão, percebe-se que a família tem um papel fundamental na formação moral e escolar da criança, já que, em cada época, o conceito de família evolui e traz consigo implicações histórico-sociais que são transferidas de geração para geração.

Por outro lado, o estudo apontou também que a fase psicossocial da criança sofreu diversos entendimentos no decorrer da história. Primeiramente, a criança era compreendida como um pequeno adulto, capaz de desenvolver diversas atividades vinculadas ao mundo do trabalho. Logo após, a criança começa a ser reconhecida como um ser em formação, que necessita de cuidados e atenção dos entes familiares, despertando o interesse dos pais para a instrução escolar dos filhos.

Desse modo, levando-se em consideração que a aprendizagem se desenvolve por meio da interação social (Vygotsky, 1996), acredita-se que as relações marcadas na convivência familiar influenciam na aprendizagem escolar da criança, visto que a família é primeira instituição que oferece um aprendizado moral para a criança se inserir nas práticas sociais, como agente de direito e dever.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo investigar as influências das relações socio-familiares no processo de aprendizagem, através da conceituação de família, infância e aprendizagem. Nesse percurso, desenvolveu-se uma análise que investigou o conceito de família e de criança e a evolução desses termos, com o objetivo de compreender como se dá essa mediação da família no processo de aprendizagem da criança.

Em meio a esse contexto, apontou-se no estudo que a aprendizagem da criança acontece a partir da interação social com o meio, que permite à criança se apropriar de conhecimentos construídos historicamente pela humanidade, transmitidos pela família e exteriorizados na aprendizagem escolar, demonstrando, assim, a importância da família com a primeira instituição de oferece uma instrução para a criança.

Por outro lado, com esta análise defende-se que a criança não constrói sua aprendizagem pela experiência individual. Faz-se necessário que a criança esteja inserida no

meio social para aprender com os outros conhecimentos que venham contribuir para a criação de competências e aptidões.

Diante disso, o estudo adverte que, se a família não perceber a importância dela no processo de aprendizagem dos filhos, esse fato pode acarretar várias consequências prejudiciais, advindos da ineficiência da educação familiar, pois os pais de forma deliberada ou inconsciente podem permitir ou obstruir o processo de construção individual e coletiva dos filhos.

Nesse sentido, por meio da investigação, foi perceptível a preocupação da maioria dos teóricos sobre a importância da família na formação humana da criança, principalmente na fase escolar, que foi o objetivo deste trabalho. Ou seja, a família deve compreender a criança como um ser em formação que busca por meio das experiências interpessoais construir o seu aprendizado (Vygotsky, 1996).

Desse modo, com base nos dados apresentados, conclui-se que a família pode influenciar na aprendizagem escolar da criança na medida em que oferece à criança as primeiras instruções sobre as regras morais e sociais, já que se deve considerar que a criança busca na família um melhor entendimento sobre as coisas do mundo, e cabe à família oferecer à criança espaços que contribuam para a formação, respeitando os limites e possibilidades dessa fase da vida.

Portanto, acredita-se que a realização deste trabalho contribui com a discussão de

um tema que merece cada vez mais atenção nas políticas públicas de educação, em especial o impacto dessas questões na prática educativa, uma vez que são perceptíveis no ambiente escolar as dificuldades que os professores e comunidade escolar enfrentam para estabelecer um diálogo possível visando à formação plena dos pequenos aprendizes.

Por outro lado, o estudo aponta também para a necessidade de investimento em novas pesquisas sobre a influência da família na aprendizagem escolar da criança, considerando principalmente questões relacionadas a gênero, etnia e raça, uma vez que nas leituras realizadas percebem-se poucas análises sobre essas temáticas, demonstrando ao leitor possíveis lacunas para um melhor atendimento do tema na sociedade contemporânea. Enfim, espera-se que este estudo venha favorecer a formação de novas ideias sobre a família e o desenvolvimento da aprendizagem, permitindo ao leitor um diálogo entre os autores e as ideias defendidas no texto.

Recebido em: Março de 2013

Aceito em: Novembro de 2013

REFERÊNCIAS

- ALOSP, Pippa. **Transtornos emocionais**. São Paulo: Summus, 1999.
- ÀRIES, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei Federal nº 8.068. Brasília, 2012.
- BOSSA, DRA. N. A. Do nascimento ao início da Vida Escolar: o que fazer para os filhos darem certo ?. In: **Revista Psicopedagogia**. v.17, São Paulo, Salesianas, 1998.
- CARVALHO, M. C. B. de. A priorização da família na agenda da política social. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família brasileira: a base de tudo**. 7.ed. São Paulo: Ed.Unicef : Cortez, 2005.
- CARVALHO, M. C. B. de. (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.
- CELIDÔNIO, R. F. Trilogia inevitável: família – aprendizagem – escola. In: **Revista Psicopedagogia**. v.17, São Paulo, Salesianas, 1998.
- DROUET, R. C. R. **Distúrbios da aprendizagem**. São Paulo: Ática, 1995.
- ELSEN, I. Cuidado familiar: uma proposta inicial de sistematização conceitual. In: ELSEN, I; MARCON, S. S.; SANTOS, M. R. dos (Orgs.). **O viver em família e a sua interface com a saúde e a doença**. Maringá: Eduem, 2002, p.11-24.
- GÉLIS, J. A individualização da criança. In: ARIÈS, P.; CHARTIER, R. (Org.). **História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Cia das Letras, 1991, p. 311-329 (Coleção História da Vida Privada, v.3).
- GIUSTA, A da S. Concepções de Aprendizagem e Práticas Pedagógicas. In: **Educ. Rev.** Belo Horizonte, v.1, 1985.
- LAHIRE, B. **Sucesso escolar nos meios populares**. As razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997.
- LASCH, C. **Refúgio num mundo sem co-ração: A família: Santuário ou instituição sitiada?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- MARTURANA, E. M. A criança, o insucesso escolar precoce e a família: condições de resiliência e vulnerabilidade. In: MARTURANO, E. M; LOUREIRO, S. R; ZUARDI, A. W. (Org.). **Estudos em Saúde Mental**. Comissão de Pós-Graduação em Saúde Mental - Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. 1997.
- MEDICI, A. **A escola e a criança**. Trad. Carlos Leite de Vasconcellos. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura S.A, 1961.
- MUSSEN, P.H. **O desenvolvimento psicológico da criança**. 5.ed. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1970.
- PIAGET, J. **O nascimento da inteligência**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.
- SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras aproximações**. 9.ed. Campinas: Autores Associados, 2011.
- SILVA, L. M. **Serviço Social e família: a legitimidade de uma ideologia**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1987.
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. (Org.) **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1998. p.103-117.

VYGOTSKY, L. S. **A gênese do pensamento e da linguagem** (texto integral traduzido do russo). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ZORZI, J.L. Linguagem e aprendizagem. In: **Tópicos em Fonoaudiologia**, v. II. São Paulo, 1995.